

A arquibancada não joga nas comissões

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Os debates na Assembléia Nacional Constituinte estão-se afunilando. Os relatores das oito comissões temáticas já concluíram o trabalho de elaborar parecer. Dias 12, 13 e 14 os relatórios serão discutidos e votados nas respectivas comissões. Agora o trabalho provocará consequências, sem o jogo de arquibancada da direita e da esquerda, realizada nos tumultos das 24 subcomissões.

As lideranças do PMDB e do PFL estão-se movimentando na busca de acordos capazes de evitar impasses, mesmo cientes de que em muitos casos, a divergência ideológica dificilmente poderá ser superada. O líder do PMDB na Assembléia Constituinte, senador Mário Covas, e o líder do governo, deputado Carlos Sant'Anna — representativos da divisão interna do partido — estão dispostos a negociar, a discutir cada questão, procurando a unidade possível em cada votação.

Mário Covas não aceita a crítica generalizada dos moderados, de que teve o cuidado de indicar esquerdistas como relatores das subcomissões e relatores das comissões temáticas. Para começar, o senador paulista entende que, nos trabalhos da Constituinte, não há direita ou esquerda, mas conservadores e progressistas. Para o líder do PMDB, nas indicações dos relatores está refletida a imagem do partido. Covas não considera nenhum deles da esquerda radical. Admite que escolheu alguns relatores avançados, mas reage às críticas de que teria agido com cartas marcadas, deixando de lado o grupo moderado.

Os oito relatores das comissões temáticas, garante o senador paulista, são liberais, uns mais avançados do que outros, mas nenhum intolerante, sectário, extremista. São eles José Richa, Severo Gomes, Prisco Viana, Arthur da Távola, Egídio Ferreira Lima, José Serra, José Paulo Bisol e Almir Gabriel.

Nas subcomissões as críticas atingiram mais os relatores Fernando Gasparian, Cristina Tavares, Oswaldo Lima Filho, José Fogaça, e Vilgildásio Senna. Mesmo assim, o líder do PMDB não concorda com as queixas e reclamações de prioridade às esquerdas.

Covas não contesta observações de jornalistas, de que alguns dos relatores das subcomissões fizeram jogo de cena, avançando muito em algumas questões, como Cristina Tavares, Oswaldo Lima Filho e Fernando Gasparian, para abrir espaços às negociações. A fase mais tumultuada, na sua opinião, já estaria superada. Nas comissões temáticas, apesar de divergências notórias em diversos assuntos, haveria melhores condições para negociar.

A preocupação do líder do PMDB é a de conseguir unir, priori-

tariamente, os diversos setores da bancada, superando divergências ideológicas e posições doutrinárias.

O senador paulista considera muito mais importante tentar a harmonia nas várias correntes dentro de casa do que procurar acordos fora, no PFL, no PDS, no PTB, no PT, no PDT e nos PCs. O principal, para o líder, é trabalhar pela unificação do PMDB, mediante concessões de um lado e de outro. Quem não quer ceder não quer acordo.

Os relatores das oito comissões temáticas, todos do PMDB, estão-se reunindo, com frequência, com líderes e dirigentes do partido dentro da estratégia traçada, de evitar que se repitam episódios das subcomissões, um verdadeiro sabote-se quem puder.

De agora em diante, os conflitos serão administrados, ou, pelo menos, haverá tentativas, de um lado e de outro. Ao contrário da expectativa geral, as lideranças do PMDB não esperam maiores problemas nas comissões de Ordem Econômica e de Ordem Social. Nem mesmo relacionados com reforma agrária.

No PMDB são esperadas dificuldades em outras áreas, como a da política urbana, tributos e de temas que dependem da formação moral e religiosa de muitos, como pena de morte e aborto, por exemplo. Os pastores e afins — são mais de 30 — estão unidos na defesa de seus princípios religiosos, fazendo uma frente contra propostas "modernistas" muito avançadas.

Um deles alertou: se ninguém reagir, o homem nu que aparece de costas na abertura de uma novela de TV vai acabar virando de frente para o telespectador. "E isso não vamos permitir", garantiu o mesmo constituinte ao líder do PMDB.

As questões urbanas, pelas previsões, deverão gerar problemas. A maioria reclama maior poder de intervenção do poder público, principalmente na ocupação de espaços.

Em relação à política tributária, a confusão será geral. Há propostas para todos os gostos e de destinação de recursos orçamentários para quase tudo. Somados, alcançariam mais de 200% do orçamento — o que não poderia ser resolvido, nem por milagre do ex-ministro Dilson Furlan.

As lideranças não acreditam em ruptura do monopólio estatal da Petróbrás em seus vários setores. Esperam propostas conciliadoras em questões empresariais e na intervenção do Estado na economia. As propostas de criação de novos Estados não deverão ir adiante. A nova Carta deverá ter dispositivo criando comissão especial para estudar a redivisão territorial do País.

Na média das opiniões das lideranças, a nova Constituição, cujo perfil está começando a se formar, não deve ser retrógrada nem muito avançada — será moderna.

F.M.